

# Sumário

Introdução .....	1
1. Mais uma teoria da isenção tributária? .....	1
2. Uma teoria abrangente da isenção: releituras a partir da fixação de pressupostos teóricos subjacentes .....	2
3. Uma teoria da isenção do ICMS: quando a prática auxilia a teoria.....	4
4. Breve nota sobre o título da obra .....	5

## Parte I Teoria da norma jurídica e da isenção tributária

Capítulo 1 - Norma jurídica como fenômeno linguístico .....	11
1.1. Uma definição pragmático-operacional de norma jurídica.....	11
1.2. Direito como sistema comunicacional.....	12
1.2.1. Enunciação prescritiva e construção do sentido jurídico .....	12
1.2.2. A circularidade do processo de construção normativa.....	14
1.3. A interpretação do direito e os subdomínios do processo semiótico de construção da norma jurídica .....	18
1.3.1. Do enunciado à proposição jurídica: da expressão ao conteúdo ....	18
1.3.2. Da proposição à norma jurídica: articulação lógica do conteúdo normativo .....	20
1.3.2.1. Breves considerações sobre os princípios jurídicos: princípios como proposições categóricas .....	22
1.3.3. Os três subdomínios preliminares da semiótica jurídica: S <sub>1</sub> , S <sub>2</sub> e S <sub>3</sub> ,....	24
1.4. A subjetividade da norma jurídica e a fecundidade da produção normativa.....	26

1.4.1. Ordenamento versus sistema jurídico: o sistema jurídico é uno? ...	32
1.4.2. Princípio da restrição da cognição do intérprete: restrição material e restrição intelectiva.....	34
1.4.3. Restrições cognitivas e a derrotabilidade normativa.....	40
1.4.4. Formulação normativa e restrições cognitivas: existe sistema jurídico? .....	44
1.5. O subdomínio $S_4$ : uma proposta de definição de sistema jurídico como formulação normativa <i>ad hoc</i> .....	45
Capítulo 2 - Teoria do gradualismo das normas jurídicas.....	51
2.1. A técnica legislativa e sua influência na formulação normativa: Alf Ross, tû-tû e as definições jurídicas .....	51
2.2. Níveis do gradualismo normativo e a arbitrariedade na formulação das sequências de normas jurídicas.....	53
2.2.1. Os subdomínios $S_3$ e $S_4$ como planos limites entre os diversos graus normativos .....	58
2.2.2. Escolha entre graus de formulação normativa.....	63
2.2.2.1. Breve incursão na teoria dos direitos fundamentais: teorias interna e externa.....	63
2.2.2.2. Grau normativo como uma decisão metodológica <i>ad hoc</i> .....	66
2.3. Três acepções de regra matriz de incidência tributária .....	68
Capítulo 3 - A dinâmica normativa da isenção tributária.....	77
3.1. Isenção tributária como incompatibilidade normativa .....	77
3.2. Perspectiva sintática da incompatibilidade normativa .....	79
3.2.1. Sintaxe da relação internormativa: mutilação/exclusão da prótase da norma jurídica .....	79
3.2.2. Sintaxe da relação intranormativa: o direito como função e a determinação do liame prótase/apódose .....	85
3.3. Perspectiva semântica da incompatibilidade normativa.....	89

3.4. Perspectiva pragmática da incompatibilidade normativa .....	91
3.4.1. Pragmática da relação internORMATIVA: a dificuldade de determinar contrariedades normativas.....	91
3.4.2. Pragmática da relação intranORMATIVA: a complexidade da solução de incompatibilidades normativas .....	92
3.5. Isenção e mutilação: por que os critérios da regra matriz não são objeto de mutilação normativa.....	93
3.6. Aprofundando o conceito de mutilação normativa: por que a isenção não mutila a regra matriz tributária.....	97
3.7. Mais algumas palavras sobre o gradualismo como decisão metodológica ad hoc: a isenção é norma jurídica em sentido estrito?.....	99
3.8. O fato jurídico isento existe? (ou quando incide a norma isentiva?) .....	102
Capítulo 4 - Definição jurídica da isenção tributária .....	105
4.1. Uma definição abrangente de isenção tributária .....	105
4.2. Perspectiva sintática da isenção tributária: mutilação da regra matriz tributária por especificidade normativa.....	107
4.3. Perspectiva semântica da isenção tributária: negação externa do modal deôntico obrigatório .....	109
4.4. Perspectivas pragmáticas da isenção tributária.....	110
4.4.1. Isenção como renúncia ao poder de tributar.....	111
4.4.2. Isenção como privilégio fiscal .....	112
4.4.3. Isenção como direito subjetivo.....	113
4.5. A insuficiência da perspectiva sintática na definição da isenção tributária: algumas palavras sobre a isenção e institutos afins (alíquota zero, diferimento, não incidência e redução de base de cálculo) .....	116

Capítulo 5 - Isenção, imunidade e não incidência tributária: semelhanças e distinções.....	119
5.1. Definição jurídica da imunidade tributária .....	119
5.1.1. Perspectiva sintática da imunidade tributária: mutilação da regra de competência tributária por especificidade normativa.....	119
5.1.2. Perspectiva semântica da imunidade tributária: negação externa do modal deôntico permitido .....	121
5.1.3. Perspectiva pragmática da imunidade tributária: limitação do poder de tributar.....	122
5.2. Outra perspectiva pragmática: quando a imunidade e a isenção são hipóteses de não incidência juridicamente qualificadas?.....	124
5.3. Isenções, imunidades e não incidência: semelhanças e distinções ....	126
5.4. As hipóteses de “não incidência” expressas em lei: isenções impróprias e redundâncias legislativas .....	128
5.5. O que são as isenções heterônomas? .....	129

## Parte II

### Benefícios fiscais do ICMS

Capítulo 6 - A especificidade das isenções no subsistema não cumulativo do ICMS .....	135
6.1. Não cumulatividade e cadeia mercantil: inserção do econômico pelo Constituinte .....	135
6.1.1. Direito tributário e teoria dos sistemas: quando e como os elementos econômicos ingressam na interpretação jurídica .....	136
6.1.2. ICMS, plurifasia e não cumulatividade: em que sentido se pode falar no ICMS como um imposto sobre valor agregado?.....	144
6.2. Isenções tributárias e não cumulatividade do ICMS.....	148

6.2.1. A particularidade da isenção do ICMS em função da incidência plurifásica não cumulativa.....	148
6.2.2. A norma constitucional da não cumulatividade .....	149
Capítulo 7 - Isenção do ICMS.....	151
7.1. Requisitos jurídicos para a concessão de isenção de ICMS.....	151
7.1.1. Legalidade específica da isenção tributária .....	151
7.1.2. O convênio como requisito para a concessão de isenção de ICMS ....	151
7.1.2.1. Natureza jurídica do convênio interestadual sobre ICMS .....	152
7.1.2.2. O convênio interestadual é instrumento instituidor ou autorizador da isenção de ICMS? .....	153
7.1.2.3. Cabe o decreto executivo como instrumento ratificador de convênio interestadual? .....	155
7.2. Isenção subjetiva.....	157
7.2.1. Uma proposta de classificação dos sujeitos no direito tributário: quadripartição do sujeito passivo .....	158
7.2.2. A isenção subjetiva do ICMS e o agente da hipótese de incidência .....	163
7.3. Isenção condicionada .....	164
7.3.1. Condição e termo no direito civil .....	164
7.3.2. O que se condiciona na isenção condicionada? .....	165
7.3.2.1. A isenção condicionada na perspectiva da doutrina tradicional.....	165
7.3.2.2. A isenção condicionada é, em verdade, hipótese de incidência condicionada.....	166
7.3.3. O aspecto temporal da incidência tributária condicionada: referência factual e referência eficacial .....	168
7.4. Isenção, benefício fiscal e justiça tributária: há relação necessária? ...	170
Capítulo 8 - Diferimento do ICMS.....	175
8.1. Natureza jurídica: divergência de posicionamentos doutrinários.....	175

8.2. Diferimento e a inexorável perspectiva econômica da não cumulatividade .....	176
8.3. O diferimento como homogeneidade econômica e heterogeneidade jurídica.....	177
8.4. Diferimento como mutilação da regra matriz tributária: no que o diferimento se assemelha juridicamente à isenção .....	178
8.5. Diferimento como ampliação da regra matriz tributária: quando o diferimento corresponde a uma substituição tributária...	180
8.5.1. Diferimento sem substituição tributária: efeito de recuperação e pagamento englobado.....	180
8.5.2. Diferimento com substituição tributária: diferimento como nova hipótese de incidência tributária .....	183
8.5.2.1. Uma proposta de definição de substituição tributária .....	183
8.5.2.2. Quando o diferimento implica verdadeira substituição tributária (diferimento por substituição tributária) .....	186
8.5.2.3. Interrupção do diferimento: hipótese especial de substituição tributária .....	189
8.6. Natureza jurídica do diferimento do ICMS: síntese conclusiva.....	190
8.7. Diferimento e a isenção tributária: semelhanças e distinções .....	190
Capítulo 9 - Suspensão do ICMS .....	193
9.1. Suspensão como postergação da incidência tributária.....	193
9.2. Suspensão como hipótese de incidência condicionada.....	194
9.3. Suspensão como expediente legislativo antievasivo.....	195
Capítulo 10 - Redução de base de cálculo do ICMS.....	197
10.1. Redução de base de cálculo é isenção parcial?.....	197
10.2. Redução de base de cálculo e a exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS.....	199
10.3. Definição jurídica de redução de base de cálculo do ICMS .....	200

Capítulo 11 - Crédito presumido do ICMS.....	203
11.1. Divergência terminológica: crédito presumido e crédito outorgado ....	203
11.2. Natureza jurídica do crédito presumido do ICMS: dois institutos sob a mesma designação.....	203
11.3. Crédito presumido como crédito adicional concedido.....	204
11.4. Crédito presumido como regime tributário substitutivo .....	205
Conclusões.....	209
Referências bibliográficas .....	215